



# Banco sustentável

Estudo realizado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul comprova alta aderência de suas operações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mais de 80% dos investimentos do banco atendem a pelo menos um ODS. **POR CARMEN NERY**

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com um estudo apresentado pela instituição durante a reunião da Comissão de Assuntos Operacionais de Crédito, da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), em maio, no Rio de Janeiro, a carteira do banco tem um índice de aderência de 82,9% aos ODS – este índice pode chegar a até 114,6%, considerando projetos financiados que impactam mais de um Objetivo.

Luiz Corrêa Noronha, diretor de Planejamento e Financeiro do BRDE, informou que o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) fez o mesmo exercício e concluiu que era 49% aderente. Ele lembrou que os ODS foram estabelecidos pela ONU em 2015, por orientação de Kofi Annan, secretário-geral à época, a partir de uma reunião do sistema financeiro, que havia ocorrido em 2014. A ideia era compro-

meter o setor privado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e então criaram-se o Pacto Global e os 17 ODS, que são uma evolução dos oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs), em vigor até 2015. “Alguns objetivos foram alcançados, outros não. Como os ODMs eram muito mais vinculados a questões ambientais, decidiu-se ampliar para incluir temas sociais. Hoje são 17 ODS com 169 metas que estão sendo acompanhadas. Cada país assumiu compromissos e o nosso desafio é cumpri-los”, destacou o diretor.

Ele explicou que o alinhamento do BRDE aos ODS começou com a estratégia do banco na área de Responsabilidade Socioambiental (RSA). Quando chegou à instituição, em junho de 2015, um dos pri-

meiros projetos que teve de assumir foi o cumprimento da Resolução 4.327/2014, do Banco Central, sobre responsabilidade socioambiental. A resolução determina que os bancos criem uma política sobre o tema; um plano para essa política; deem maior atenção ao risco socioambiental; e exige uma governança adequada, facultada a constituição de Comitê de RSA. “Quando chegamos, a política já existia há seis meses, mas faltavam a governança e os instrumentos”, recorda Noronha.

O BRDE estabeleceu um plano de ação para a política de responsabilidade socioambiental baseado em três eixos. O primeiro é o impacto da própria atividade bancária. O banco emprega 489 pessoas, que realizam trabalho em três sedes, e constatou-se que representavam um impacto direto pequeno. Ainda assim, foi contratada do Ministério do Meio Ambiente a consultoria da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que oferece diversos projetos e indicadores para a área.

O segundo eixo é a gestão do risco socioambiental, com o aprimoramento dos mecanismos de gestão deste risco. Trata-se da parte mais crítica. Noronha destaca que até bem pouco tempo as instituições preocupavam-se apenas em conferir se o projeto a ser financiado tinha licença ambiental.

O último eixo é o estímulo para projetos sustentáveis. Para tanto, o BRDE estruturou o Programa BRDE PCS – Produção e Consumo Sustentáveis. Noronha destacou que o PCS, em suas cinco áreas – uso eficiente e racional da água; geração de energias limpas e renováveis; gestão de resíduos e reciclagem; agronegócio sustentável; e cidades sustentáveis –, contratou, no período de um ano e meio, entre 2015 e 2017, R\$ 1 bilhão em financiamentos, o mesmo valor concedido nos dez anos anteriores pelo banco. Para isso, o programa trabalhou com redução de *spread* e aumento de prazo para pagamento.

## AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

De acordo com o levantamento dos últimos dez anos, de 2005 a 2015, foi investido um total de R\$ 1,01 bilhão nessas cinco áreas. Com a criação do Programa BRDE PCS, em um ano e meio de operação o banco repassou o mesmo montante, ou seja, mais R\$ 1 bilhão. Um levantamento dos últimos dois anos apontou que o *spread* médio de todas as operações do PCS foi de 2,64%, enquanto em todas as outras linhas a média é 3,14%. O prazo médio do PCS ficou em 127 meses, contra 94 das linhas convencionais. “Com isso verificamos que é possível fomentar reduzindo *spread* e aumentando prazo”, afirmou o diretor.

	Valor anual Contratado	Valores aderentes aos ODS	%
2014	2.731.059.254	2.334.465.398	85,5
2015	3.218.574.338	2.616.595.245	81,3
2016	2.908.107.606	2.389.073.671	82,1
Set/2017	1.528.144.083	1.278.046.649	83,6
<b>Total</b>	<b>10.385.885.281</b>	<b>8.618.180.963</b>	<b>82,9</b>

Após conhecer os ODS e suas metas, Noronha disse que se deu conta de que tinham forte relação com o trabalho do BRDE e solicitou ao coordenador de responsabilidade socioambiental do banco, Eduardo Grijó, que realizasse um comparativo retroagindo nos últimos cinco anos para identificar o que havia de aderência entre as ações do banco e os ODS.

Eduardo Grijó explica que, em 2016, o banco financiou R\$ 2,9 bilhões, dos quais R\$ 2,4 bilhões têm aderência com os ODS. Dentre os projetos financiados em 2016, 76,4% enquadram-se no Objetivo 2, relativo à Fome Zero e Agricultura Sustentável, que contou com investimentos de R\$ 1,82 bilhão – o que é bastante condizente com as atividades do BRDE, que atua de forma acentuada no setor agroindustrial. Os demais ODS que foram impactados de forma significativa são o número 7, de Energia Limpa e Acessível, cujos investimentos somaram R\$ 277,06 milhões; seguido por Trabalho Decente e Crescimento Econômico, com investimentos de R\$ 99 milhões; e Saúde e Bem-Estar, com investimentos de R\$ 80,73 milhões.

O estudo apurou ainda que o conjunto total de projetos do banco que são aderentes aos ODS pode ter gerado um impacto de 114,6%, considerando que muitos projetos podem atingir mais de um objetivo. Os projetos de coleta e tratamento de resíduos, por exemplo, impactam as áreas de produção e consumo sustentáveis, de inovação e de trabalho digno. Assim como os projetos de geração eólica, que impactam diferentes ODS.

“Nossa ideia é ser, na região Sul, o ‘Banco dos ODS’. Para tanto, firmamos um acordo de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Pacto Global da ONU com a Secretaria Nacional da Presidência da República. Estamos absolutamente convencidos de que a instituição que não andar nessa linha em pouco tempo não terá o que fazer. Isso é uma realidade e o mundo inteiro fala de ODS. Algumas pessoas têm a noção clara de que tudo isso só vai funcionar se o sistema financeiro estiver junto. ODS é oportunidade”, conclui Noronha.